



↓ 1145
Fone (49) 3551-8600 | Rua Santa Catarina, 651
Centro | 89610-000 | Herval D'Oeste - SC
CNPJ : 09.234.560/0001-85
Inc. Est. 255.507.241 | CREA-SC 085808-3

DOCUMENTAÇÃO



Ao
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

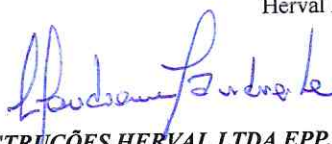
Ref.: **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23475.001182/2020-15**
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

DECLARAÇÕES PARA FINS DE HABILITAÇÃO *

A empresa **CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 09.234.560/0001-85, e Inscrição estadual nº 255.527.241, sediada à Rua Santa Catarina nº 651, Bairro Centro, Município de Herval D'Oeste – SC, por intermédio de seu representante legal que ao final subscreve, **DECLARA** para os fins de participação da licitação em epígrafe que:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, apresentando rol de documentação em anexo para fins de habilitação;
- b) Não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública em quaisquer de suas esferas;
- c) Inexistem fatos supervenientes e impeditivos para a sua habilitação nesta licitação até a presente data;
- d) Que caso venha a ser considerada vencedora do certame, manterá durante a vigência do contrato todas as condições necessárias a habilitação;
- e) Inexistem menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- f) Disporá de pessoal técnico (conforme Certidão do Crea/SC de Pessoa Jurídica) e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e
- g) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;
- h) Que concorda com todas as condições do edital;
- i) Que os materiais e serviços que serão aplicados na obra encontram-se em conformidade com as condições estipuladas pelas normas da ABNT, e atendem as especificações técnicas e de qualidade exigidas nesta licitação.

Herval D'Oeste – SC, 14 de dezembro de 2020.


CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP.
CLAUDIANE M.F. DE ANDRADE
CPF nº 479.912.759-49
Sócia Administradora

Handwritten initials and signature in blue ink.



3145

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 09.234.560/0001-85
Razão Social: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA

Atividade Econômica Principal:

4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Endereço:

RUA SANTA CATARINA, 651 - CENTRO - Herval D'Oeste / Santa Catarina

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 09.234.560/0001-85
Razão Social: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA
Nome Fantasia: CONSTRUÇOES HERVAL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/03/2021

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta ✓
Impedimento de Licitar: Nada Consta ✓

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	19/05/2021 ✓
FGTS	Validade:	20/12/2020 ✓
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	04/06/2021 ✓

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	27/12/2020 ✓
Receita Municipal	Validade:	03/05/2021 ✓

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:	31/05/2021 ✓
-----------	--------------

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 08/12/2020 09:09

1 de 1

CPF: 493.837.879-53 Nome: JOCELI SILVA DE ANDRADE

Ass: _____

Assinatura manuscrita

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 09234560000185

LIMPAR

Data da consulta: 08/12/2020 10:27:54

Data da última atualização: 08/12/2020 05:10:16

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

5197

10/08/20



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa ✓

Certifico que nesta data (08/12/2020 às 10:09) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 09.234.560/0001-85.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5FCF.7AF3.0C89.0947 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **CONSTRUCOES HERVAL LTDA**

CPF/CNPJ: **09.234.560/0001-85**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:10:58 do dia 08/12/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: EMBW081220101058

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinatura manuscrita em azul, com o nome 'J. J. J.' e o número '8' visíveis.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 08/12/2020 11:19:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CONSTRUÇOES HERVAL LTDA**
CNPJ: **09.234.560/0001-85**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**

Cadastro: **Licitantes Inidôneos**

Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**

Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**

Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**

Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**

Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

8/145

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 49383787953

CONSULTAR

LIMPAR

Data da consulta: 08/12/2020 10:27:54

Data da última atualização: 08/12/2020 05:10:16

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

Handwritten signature and initials.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 47991275949

LIMPAR

Data da consulta: 08/12/2020 10:27:54

Data da última atualização: 08/12/2020 05:10:16

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
----------	------------------------	--------------------	------------------	-----------------------------	----------------	------------------------------	------------

Nenhum registro encontrado

2020

301392

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/12/2020 às 10:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 493.837.879-53.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5FCF.80C3.2A55.D435 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

95.
9
418



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/12/2020 às 10:35) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 479.912.759-49.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5FCF.8123.D1DE.0531 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: JOCELI SILVA DE ANDRADE

CPF/CNPJ: 493.837.879-53

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:35:43 do dia 08/12/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: IBNX081220103543

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Op
48



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE

CPF/CNPJ: 479.912.759-49

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:36:37 do dia 08/12/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 0QXI081220103637

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE
CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**

CNPJ nº 09.234.560/0001-85

JUNIOR DE MATTOS nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 17/12/1982, SOLTEIRO, ENGENHEIRO CIVIL, CPF nº 040.937.649-30, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3652085, órgão expedidor SESPDC - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA SENADOR EUZEBIO, 262, APTO 102, CENTRO, HERVAL DOESTE, SC, CEP 89610000, BRASIL.

MARCO ANTONIO SERENA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 25/06/1973, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, MOTORISTA, CPF nº 816.558.519-34, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2823124, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA MARECHAL DEODORO, 625, N S.FATIMA, HERVAL DOESTE, SC, CEP 89610000, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial CONSTRUÇOES HERVAL LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204014837, com Sede Rua Marechal Deodoro, 625, N S.Fatima, Herval Doeste, Sc, Cep 89610000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 09.234.560/0001-85, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ADMISSÃO E RETIRADA DE SÓCIOS

São admitidos na sociedade os sócios:

JOCELI SILVA DE ANDRADE nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 12/11/1967, DIVORCIADO, ADMINISTRADOR, CPF nº 493.837.879-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1518095, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na RUA SANTA CATARINA, 651, CENTRO, HERVAL DOESTE, SC, CEP 89610000, BRASIL.

CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 08/06/1963, CASADA em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, ADMINISTRADORA, CPF nº 479.912.759-49, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1333243, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliada na RUA PEDRO KUNZ, 20, BAIRRO SANTA TEREZA, JOAÇABA, SC, CEP 89600-000, BRASIL.

O sócio MARCO ANTONIO SERENA, que participa na sociedade com 8.000 quotas de capital no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), vende e transfere para o sócio JOCELI SILVA DE ANDRADE todas as 8.000 quotas pelo valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), em moeda nacional corrente. O sócio MARCO ANTONIO SERENA

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/08/2019

Arquivamento 20195842740 Protocolo 195842740 de 21/08/2019 NIRE 42204014837

Nome da empresa CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148338068434923

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

26/08/2019



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4B1X078PLZ11sTk-AzPs0&chave2=Jg8cmwshp_-okGf50vU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04093764930-JUNIOR DE MATTOS|81655851934-MARCO ANTONIO SERENA|49383787953-JOCELI SILVA DE ANDRADE
47991275949-CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE

[Assinatura manuscrita]

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE
CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**

CNPJ nº 09.234.560/0001-85

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece HERVAL D OESTE.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA PRIMEIRA

NOME EMPRESARIAL: A sociedade empresária Limitada gira sob o nome empresarial de **"CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP"** que será regida por este contrato social, pela Lei nº 10.406/2002 e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

CLAUSULA SEGUNDA

SEDE E FORO JURIDICO: A sede e foro jurídico da sociedade é na Rua Santa Catarina, 651, Centro, Herval D'Oeste, SC, Cep 89610-000.

CLAUSULA TERCEIRA

DENUNCIA DE FILIAIS: A sociedade atualmente não possui filiais, mas poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, mediante deliberação em reunião de sócios convocada pelos administradores e aprovada por maioria do capital.



[Assinaturas manuscritas em azul]

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE
CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**

CNPJ nº 09.234.560/0001-85

CLAUSULA QUARTA

INICIO E PRAZO DE DURAÇÃO: A sociedade iniciou suas atividades em 05 de novembro de 2007, e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA

OBJETO SOCIAL: A sociedade tem como objeto social o ramo de: "CONSTRUÇÃO CIVIL; SANEAMENTO BÁSICO; ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS DE INSPEÇÃO TÉCNICAS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA CIVIL, HIDRÁULICA E DE TRAFEGO, ELÉTRICA E ELETRONICA; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA OPERACIONAL ADMINISTRATIVA A EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES".

CLAUSULA SEXTA

CAPITAL SOCIAL/QUOTAS/ RESPONSABILIDADE DAS SOCIAS: O capital social da sociedade é de R\$ 400.000,00(quatrocentos mil reais), dividido em 400.000(quatrocentas mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, e está distribuído na seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	Nº de Quotas	Total em Percentual	Valor Total Em R\$
JOCELI SILVA DE ANDRADE	200.000	50%	200.000,00
CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE	200.000	50%	200.000,00
TOTAL	400.000	100%	400.000,00

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

As quotas sociais também não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas total ou parcialmente a qualquer título, sem autorização do outro sócio.



[Assinaturas manuscritas em azul]

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE
CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**

CNPJ nº 09.234.560/0001-85

CLAUSULA SÉTIMA

DA ADMINISTRAÇÃO: A sociedade é administrada pelos sócios **JOCELI SILVA DE ANDRADE** e **CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE** com poderes e atribuições de administrar isoladamente os negócios sociais, autorizando o uso do nome empresarial, vedado no entanto em atividades estranhas ao objeto social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem a autorização do outro sócio, assinar todo e qualquer documento, abrir e movimentar contas bancárias, cheques e outros documentos, que sejam necessários, de direitos ou obrigações da sociedade, nomear procuradores com cláusulas especiais ou gerais, assinar contratos de qualquer natureza ou outros papéis que favoreçam ou obriguem a sociedade, representar a sociedade junto a estabelecimentos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, ou outras Instituições, e ainda assinar contratos especiais junto a estabelecimentos bancários, em juízo ou fora dele.

Pelos serviços prestados a sociedade, as sócias poderão fixar uma remuneração mensal a título de pró-labore e cuja quantia será retirada mensalmente pelos administradores.

Nos quatro primeiros meses seguintes ao termino do exercício social as sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso.

CLAUSULA OITAVA

O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de Janeiro e se encerrando em 31 de Dezembro de cada ano.

No final do exercício social, as administradoras prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Os lucros e prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

CLAUSULA NONA

RESPONSABILIDADE TÉCNICA: A responsabilidade Técnica ficará a cargo de profissional habilitado.

CLAUSULA DÉCIMA

DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SOCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o



[Assinaturas manuscritas em azul]

201143

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 12 DA SOCIEDADE
CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**

CNPJ nº 09.234.560/0001-85

valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO: Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E, por estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 01(uma) via, comprometendo-se, por si e seus herdeiros, a tudo fielmente cumprirem.

HERVAL D' OESTE, 19 de agosto de 2019.

JUNIOR DE MATTOS
CPF: 040.937.649-30

MARCO ANTONIO SERENA
CPF: 816.558.519-34

JOCELI SILVA DE ANDRADE
CPF: 493.837.879-53

CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE
CPF: 479.912.759-49

Página 6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/08/2019

Arquivamento 20195842740 Protocolo 195842740 de 21/08/2019 NIRE 42204014837

Nome da empresa CONSTRUÇOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148338068434923

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

26/08/2019

22 1345



195842740

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CONSTRUCOES HERVAL LTDA "EM RECUPERACAO JUDICIAL"
PROTOCOLO	195842740 - 21/08/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204014837
CNPJ 09.234.560/0001-85
CERTIFICO O REGISTRO EM 26/08/2019
SOB N: 20195842740

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 04093764930 - JUNIOR DE MATTOS
Cpf: 81655851934 - MARCO ANTONIO SERENA
Cpf: 49383787953 - JOCELI SILVA DE ANDRADE
Cpf: 47991275949 - CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/08/2019

Arquivamento 20195842740 Protocolo 195842740 de 21/08/2019 NIRE 42204014837

Nome da empresa CONSTRUCOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148338068434923

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

26/08/2019

[Handwritten signature]

22/1345



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.234.560/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/10/2007
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL CONSTRUCOES HERVAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSTRUCOES HERVAL	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R SANTA CATARINA	NÚMERO 651	COMPLEMENTO *****
--------------------------------	---------------	----------------------

CEP 89.610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO HERVAL D'OESTE	UF SC
-------------------	---------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE4@ANDRADECONSTRUCOES.COM.BR	TELEFONE (49) 3551-8600
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/10/2007
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/12/2020 às 11:05:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA**
CNPJ: **09.234.560/0001-85**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:25:04 do dia 20/11/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/05/2021.

Código de controle da certidão: **D824.2235.4B74.FFC3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Assinatura manuscrita]

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.234.560/0001-85

Razão Social: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP

Endereço: RUA MARECHAL DEODORO 625 / NOSSA SRA DE FATIMA / HERVAL
D'OESTE / SC / 89610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/11/2020 a 20/12/2020

Certificação Número: 2020112101375920484007

Informação obtida em 07/12/2020 11:04:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.234.560/0001-85
Certidão n°: 20191385/2020
Expedição: 17/08/2020, às 09:30:43
Validade: 12/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUÇOES HERVAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **09.234.560/0001-85**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

 <p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS</p>				
CNPJ/CPF 09.234.560/0001-85		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTATUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		Início Atividade com ICMS 08/01/2008
INSCRIÇÃO ESTATUAL 255.527.241		NOME EMPRESARIAL CONSTRUCOES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 4120400 - Construção de edifícios				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 4222701 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 7112000 - Serviços de engenharia 4330404 - Serviços de pintura de edifícios em geral 7020400 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 4322303 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 4292801 - Montagem de estruturas metálicas 4213800 - Obras de urbanização ruas, praças e calçadas 4299501 - Construção de instalações esportivas e recreativas				
CONTRIBUINTE CREDENCIADO/DISPENSADO A EMITIR OS SEGUINTES DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - Credenciado a Emitir Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 01/09/2019 - Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 16/09/2019				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA				
LOGRADOURO RUA SANTA CATARINA		NÚMERO 651	COMPLEMENTO *****	
CEP 89610-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO HERVAL D'OESTE	UF SC	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 16/09/2019				

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em 23/11/2020 09:37:55 (data e hora de Brasília).

Handwritten signature and initials in blue ink.



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

LEI COMPLEMENTAR Nº 381/2019

**“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 680/1997– CÓDIGO TRIBUTÁRIO
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Ficam extintas no Município de Herval d'Oeste-SC, a Taxa de Licença para Localização e consequentemente a emissão e exigência do respectivo ALVARÁ e a TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO, de que tratam o Capítulo II Seção I da Lei 680/1997.

Parágrafo Único– Ficam mantidas as obrigações acessórias e encargos a que estão sujeitas os contribuintes constantes na Lei Municipal nº 680/1977.

Art. 2º Fica extinta a Taxa de Licença para Localização estabelecida no inciso VIII do Art. 3º da Lei Municipal nº 680/1977.

Art. 3º As demais disposições vigentes na Lei Municipal nº 680/1997, permanecem em vigor.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições contrárias.

Herval d'Oeste-SC, 17 de dezembro de 2019.

Adelar José Provenci

Prefeito Municipal em Exercício

27/11/19

28 1145



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**


CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**
CNPJ/CPF: **09.234.560/0001-85**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140133325965
Data de emissão:	28/10/2020 11:57:15
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	27/12/2020

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>


Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 20/11/2020 08:40:27



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

CONSTRUÇOES HERVAL LTDA CNPJ: 09234560000185

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Órgãos Públicos

Licitações e Contratos

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWOOHXFHOHAQ85K1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Herval d'Oeste (SC), 04 de Novembro de 2020

CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 597467

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, CONSTA(M) distribuído(s), o(s) processo(s) listado(s) abaixo em relação a:

NOME: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

Raiz do CNPJ: 09.234.560

Certidão emitida às 15:12 de 26/10/2020.

Classe	Processo	Segredo de Justiça	Situação Processual	Área Processual
Recuperação Judicial	0300748-60.2018.8.24.0235	Não	CONCLUSÃO	Cível

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



31 JUS

26/10/2020 0527446

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 7836379

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Herval d'Oeste, com distribuição anterior à data de 25/10/2020, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, portador do CNPJ: 09.234.560/0001-85. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Herval d'Oeste, segunda-feira, 26 de outubro de 2020.

PEDIDO Nº:

0527446



[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

Autos nº 0300748-60.2018.8.24.0235
Ação: Recuperação Judicial/PROC
Autor: Andrade Construções Ltda. e outros

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de **Recuperação Judicial** requerida por **Andrade Construções Ltda, Andrade Materiais de Construção Ltda, JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda, JSA Incorporações de Imóveis Ltda, Cerâmica JR Ltda, Construções Herval Ltda e Construtora Andrade Ltda**, devidamente qualificadas.

Determinada emenda à inicial (pgs. 575-582 e 1.076-1.078), sobrevieram as peças e documentos de pgs. 806-1.068 e 1.127-1.161.

Inicialmente, as três primeiras requerentes explicaram que iniciaram suas atividades no ano de 1970, no interior de Capinzal-SC, com a produção de tijolos e que constituem um grupo empresarial de atividade na construção civil há mais de 41 anos.

Afirmaram que, com a consolidação do Grupo Andrade, na década de 1990, sobreveio a abertura de filiais e a construção civil passou a integrar as atividades empresariais.

Consignaram que, em 2010, iniciaram as atividades industriais com fabricação de telhas de concreto, lajes pré-moldadas, esquadrias de alumínio e estruturas metálicas e, em 2015, contavam com lojas em Chapecó, Videira, Catanduvas, Treze Tílias e Joaçaba, além de obras de projeção nacional. Expõem que, atualmente, possuem 360 funcionários.

Com relação à Andrade Construções Ltda, explicaram que atua em projetos de obras públicas de saneamento básico e para empresas frigoríficas, sendo suas principais clientes a BRF e a JBS.

Lembram que, em 2015 e 2016, houve um grande avanço em



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

contratos de obras de saneamento e, em consequência, ocorreu forte investimento em máquinas e equipamentos, o que aumentou seu endividamento a longo prazo, bem como prospecção de capital de giro para fomentar a construção civil.

No entanto, no ano de 2017, houve uma queda de 22% nas contratações em decorrência de rompimento de contratos e atrasos nas obras em andamento. Assim, o prazo de pagamento foi elevado para 180 dias, reduzindo, em 26%, o faturamento em comparação ao ano anterior. Citam, ainda, que seus principais clientes alteraram os prazos de pagamento de 30 para 60 dias, no caso da JBS, e de 60 para 150 dias, no caso da BRF.

Essa situação impactou diretamente na necessidade de capital de giro, tornando necessários empréstimos e financiamentos para suprir os déficits de caixa.

Com isso, aumentaram, em 16%, as dívidas gerais da empresa, fazendo com que o grau de endividamento, calculado sobre o total do passivo em confronto com o patrimônio líquido, crescesse de 140%, em 2015, para 202% em 2017. Tudo isso resultou em um prejuízo de 7% na Construtora em 2017 em comparação a um lucro de 1,36% no ano anterior, com resultado negativo de 29% em 2017 no patrimônio líquido da empresa.

Em relação à Andrade Materiais de Construção Ltda, expuseram que houve aumento, no faturamento, em 12% em 2017, quando comparada ao ano anterior. No entanto, seu endividamento bancário aumentou em 39%, elevando o comprometimento sobre o patrimônio líquido em mais de 800%. Isso tudo ocasionou prejuízos na monta de R\$ 796.000,00.

Sobre a JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda, explicaram que foi criada para concentrar a operação logística do grupo empresarial referente à construção civil e à movimentação de materiais de construção.

Na emenda à inicial, postularam a inclusão no polo ativo, bem com a recuperação judicial das demais empresas do grupo, quais sejam, **JSA Incorporações de Imóveis Ltda, Cerâmica JR Ltda, Construções Herval Ltda e Construtora Andrade Ltda.**

Com relação à JSA Incorporações de Imóveis Ltda, esclareceram que



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

é constituída de forma idêntica às três primeiras autoras, atua na incorporação imobiliária e na locação de imóveis, não possui dívidas, nem funcionários contratados.

Relataram que a Construtora Andrade Ltda atua no ramo da incorporação e locação de imóveis próprios e, para facilitar essa atividade, está sediada na cidade de Concórdia-SC. Esclareceram, ainda, que esta empresa não possui dívidas sujeitas à recuperação judicial.

A Cerâmica JR Ltda possui como objeto social o comércio varejista de materiais de construção em geral e está estabelecida em Capinzal-SC.

A Construções Herval Ltda iniciou os serviços de obras de pequeno porte, no entanto, com o tempo, passou a realizar parcerias com a Andrade Construções Ltda para execução de obras.

Afirmaram que, apesar das personalidades jurídicas distintas, as sete empresas constituem um grupo econômico porquanto "atuam conjuntamente com confusão patrimonial, unidade de gestão na comarca de Herval d' Oeste (local onde a maioria possui sede, onde as decisões administrativas são tomadas e onde grande parte dos negócios são realizados), prevalectimento de interesse comum e inclusive cessão de funcionários" e [...] "a existência de caixa único com pagamentos sem contrapartida, a prestação de garantias cruzadas, administradores únicos para todas as todas as Sociedades, semelhança de sócios, atuação em ramos de atividade que se complementam, utilização de bens das outras Sociedades e identificação perante os credores como grupo econômico de fato" (pgs. 809-810).

Ainda, justificaram a necessidade de pleitear, em litisconsórcio ativo, porque a reestruturação de um dos integrantes do grupo depende da reestruturação do outro, pois a responsabilidades pelas obrigações se confunde já que os recursos se comunicam e o endividamento foi constituído por todas as autoras.

Elegem como causas determinantes às dificuldades vividas pelas requerentes: a falta de capital de giro, o endividamento bancário, a elevação dos custos financeiros, a pesada carga tributária e a inadimplência de clientes.

1
PS. 1345



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

Inicialmente, requereram, em tutela de urgência, a intimação dos bancos com quem realizaram operações e que citam, para absterem-se de efetuar débitos decorrentes dos compromissos contraídos antes do pedido de recuperação judicial, bem como de retomarem ou consolidarem a propriedade dos bens apontados considerados essenciais até que seja certificado o transcurso do prazo do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. Além disso, pediram a expedição de certidão de dispensa das requerentes na apresentação de certidão negativa de Recuperação Judicial para o fim de participarem de licitações ou receberem pagamentos da administração pública. Outrossim, pugnaram pelo deferimento do processamento da recuperação judicial e pelo diferimento do recolhimento das custas processuais. Valoraram a causa e juntaram documentos (pgs. 01-574).

Após, na apresentação da emenda à inicial, e tendo em vista que alguns caminhões das autoras foram apreendidos em decorrência do deferimento de liminar em ação de busca e apreensão, postularam, também, em tutela de urgência, o reconhecimento da essencialidade dos bens apreendidos e a sua imediata restituição. Ainda, considerando que a Construtora Andrade Ltda, com sede em Concórdia-SC, prestou garantia à Andrade Materiais de Construção Ltda em uma cédula de crédito bancário firmado com a cooperativa Sicoob Vale do Vinho, alienando fiduciariamente o imóvel em que está estabelecida naquela cidade, requereram, também, em tutela provisória, que a instituição financeira se abstenha de buscar a satisfação daquela dívida com a consolidação da propriedade do bem ou tentar retirar da posse o imóvel dado em garantia.

Decido.

1. Do processamento da recuperação judicial.

Segundo disciplina o artigo 47 da Lei n. 11.101/2005: *"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"*.

Impende consignar que *"não há, neste momento, enfrentamento da*



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

matéria de fundo – o pedido de recuperação judicial –, mas tão somente dos aspectos formais do pedido: requisitos e impedimentos (art. 48) e regular instrução do pedido (art. 51)" (NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas e falência. Vol. 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 204).

Logo, não há a efetiva verificação da viabilidade do requerimento, mas tão somente do atendimento dos pressupostos legais que admitem o processamento da recuperação.

A respeito, para que se viabilize o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, o requerente deve atender, cumulativamente, os requisitos dos artigos 48 e 51, ambos da Lei n. 11.101/2005.

Em análise da peça inicial e dos documentos, infere-se que as empresas preencheram os requisitos acima transcritos.

Reforço, ademais, que o presente momento processual serve apenas para a realização de um exame sumário acerca do atendimento dos requisitos legais para possibilitar o processamento do pedido.

Todavia, não se pode deixar de levar em consideração que o Grupo Andrade é constituído por pessoas com vínculo na região, atuam há muitos anos e empregam mais de 300 pessoas, sendo uma empresa importante para o desenvolvimento econômico e social de Herval d'Oeste e região.

Sendo assim, porque atendidos todos os requisitos legais, o pedido de processamento da recuperação judicial merece ser deferido.

Desse modo, **recebo** as emendas à petição inicial apresentada às pgs. 806-1068 e 1.127 a 1.161 e, preenchidos os requisitos legais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, com fundamento no artigo 52 da mencionada Lei, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial das empresas **Andrade Construções Ltda, Andrade Materiais de Construção Ltda, JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda, JSA Incorporações de Imóveis Ltda, Cerâmica JR Ltda, Construções Herval Ltda e Construtora Andrade Ltda.**

As empresas recuperandas deverão apresentar o(s) plano(s) de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

recuperação no prazo *improrrogável de 60 (sessenta) dias*, a contar da publicação da presente decisão (artigos 53 e 54 da Lei n. 11.101/2005).

A respeito, a contagem do prazo para apresentação do plano de recuperação judicial será em *dias úteis*, nos termos dos artigos 53, "caput" e 189 da Lei n.º 11.101/2005 c/c artigo 219 do Código de Processo Civil.

2. Da Administradora Judicial

Nomeio, como administradora judicial, a sociedade **INNOVARE ADMINISTRADORA EM RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA SS - ME**, representada por seus sócios Maurício Colle de Figueiredo e Flávio Carlos, situada na Travessa Germano Magrin, n.º 100, sala 407, Edifício Parthenon, Centro, Criciúma, CEP: 88.802-090, fones:(48) 3413-8211/99975-7977/99978-3115.

No tocante à remuneração da Administradora Judicial, por ser de incumbência do Juízo a sua fixação (o pagamento fica a cargo das empresas recuperandas), deve-se levar em conta: a) a capacidade de pagamento do devedor; b) o grau de zelo; c) a complexidade; e d) a qualidade do trabalho a ser realizado, aliados à norma especial da legislação pertinente, que estabelece os critérios de remuneração. Assim, em atenção aos parâmetros de mercado e à capacidade econômica das empresas recuperandas, mas diante da impossibilidade de antever, neste momento processual, o grau de complexidade do trabalho a ser realizado, considerando, ainda, que a remuneração devida à administradora judicial tem natureza de crédito extraconcursal, isto é, conta com preferência no recebimento, nos termos dos artigos 24 e 84, inciso I, da Lei n. 11.101/2005, mostra-se adequado fixá-la, provisoriamente, em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, a qual será abatida do montante final devido à administradora.

Ressalta-se, de todo modo, que o valor da remuneração poderá ser revisto, a qualquer momento, caso se mostre inadequado.

Assim, fixo em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais a remuneração inicial a qual será abatida do montante final devido e deverá ser paga pelas empresas recuperandas diretamente à administradora judicial até o 5.º (quinto) dia de cada mês (Banco Santander (n. 033), Agência n. 3599 e Conta Corrente n.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

13081207-8 – CNPJ 21.828.338/0001-06), contados a partir de 05.11.2018, a fim de evitar o acúmulo desnecessário de determinações judiciais para expedição de alvarás judiciais.

Considerando a aparente capacidade de pagamento das sociedades empresárias recuperandas e a complexidade do trabalho, limito a remuneração definitiva, que, desde já, fixo no total de 3,0% (três por cento) sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial. Determino a intimação da administradora, por meio de seus representantes, para, em 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo e assumir todas as responsabilidades inerentes, sob pena de remoção, restando desde logo definido que 40% da remuneração será liberada após o julgamento de suas contas, conforme arts. 154 e 155 da Lei n. 11.101/2005.

No tocante às despesas extraordinárias (viagens, hospedagem, combustível, alimentação, etc.) dos representantes da administradora judicial para o exercício do encargo, estas são de responsabilidade das recuperandas.

Nesse sentido, já decidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADMINISTRADOR. REMUNERAÇÃO. LEGITIMIDADE RECURSAL. DESCONTOS. RETENÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO EM PARTE. I - A ilegitimidade recursal do Perito Judicial, afirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, não se aplica ao Administrador Judicial. A se negar a legitimidade recursal do Administrador Judicial, ainda que a do Administrador da Recuperação Judicial, subtraído lhe será o acesso a eficiente instrumento para o fiel cumprimento das obrigações previstas no art. 22 da Lei n.º 11.101/2005. Se por um lado é possível admitir a legitimidade recursal do Administrador da Recuperação Judicial enquanto "terceiro prejudicado" (art. 499, "caput" e § 1º, CPC) para a exclusiva defesa de suas atribuições legais, por outro é possível tê-lo como "parte" (art. 499, "caput", CPC) e, assim, legitimado à interposição de recurso para a específica defesa de sua remuneração. II - **De acordo com o art. 84, I e III, a Lei n.º 11.101/05, as "remunerações devidas ao administrador judicial" não se confundem com "custas do processo". Assim, sob pena de abominável enriquecimento ilícito, deve o Administrador da Recuperação Judicial ser reembolsada pelas despesas que eventual e comprovadamente faça para diligenciar ou cumprir suas atribuições fora de sua sede.** Pelo mesmo princípio que veda o enriquecimento ilícito, da remuneração do Administrador da Recuperação Judicial devem ser descontados eventuais adiantamentos de cunho remuneratório. III - A par das providências dos arts. 154 e 155, citados ao final do art. 24, § 2º, todos da LRF, serem inequivocamente

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

próprias do processo de falência, a retenção ou reserva de parte da remuneração arbitrada em favor do Administrador da Recuperação Judicial encontra amparo no art. 63, I, da LRF, que a autoriza a título de parcela complementar final, a ser quitada após a apresentação e aprovação do relatório final, ou seja, do "relatório circunstanciado" acerca da execução do plano de recuperação. IV - Julgado em conjunto os agravos de instrumento, prejudicada fica a questão que, veiculada num deles, foi objeto de deliberação no outro. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0035.11.007098-0/011, Relator(a): Des.(a) Peixoto Henriques, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/10/2014, publicação da súmula em 10/10/2014) (grifei).

Assim, **determino**, também, às empresas recuperandas que promovam o ressarcimento das despesas extraordinárias (viagens, hospedagem, combustível, alimentação, etc.) dos representantes da administradora judicial para o exercício do encargo, mensalmente e na forma estabelecida para pagamento da remuneração, mediante comprovação documental das despesas diretamente às recuperandas.

Consigno que os pedidos de habilitação/divergência de créditos deverão ser apresentados diretamente à administradora judicial, de modo digital, por meio do sítio <http://www.innovareadministradora.com.br>, na aba "documentos", ou quando menos, pelo e-mail mauricio@innovareadministradora.com.br, na hipótese de tentativa frustrada pelo sítio, com exceção dos ofícios expedidos pela justiça especializada, instruídos com certidão de habilitação da Justiça do Trabalho, cuja ordem deverá ser cumprida pela administradora judicial para inclusão ou alteração do valor devido na relação de credores ou quadro geral de credores a ser elaborado ou consolidado ulteriormente.

3. Dos pedidos liminares.

3.1 Do pedido de impedimento de novos débitos nas contas das requerentes por força de dívidas sujeitas à recuperação judicial.

Postulam, as requerente, a intimação das instituições financeiras (mencionadas às pgs. 20-25) para que se abstenham de efetuar débitos decorrentes de operações contraídas antes do pedido de recuperação judicial uma vez que tal situação poderá reter seus recursos.

Sabe-se que *"estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos"* (art. 49, Lei n. 11.101/2005).

Endereço: Rua Nereu Ramos, 388, 3º Andar, Centro - CEP 89610-000, Fone: (49) 3551-4400, Herval d'Oeste-SC - E-mail: herval.unica@tjsc.jus.br

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

Desse modo, as dívidas que as autoras contraíram com os bancos credores anteriormente ao pedido de recuperação subordinam-se a esse procedimento.

Extraem-se das pgs. 288-350 e 1.157-1.161 os extratos bancários das operações, as movimentações financeiras, serviços e contas bancárias mantidas com as entidades listadas às pgs. 20-25, o que configura a probabilidade do direito das requerentes.

Quanto ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, sabe-se que "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica" (art. 47 da Lei n. 11.101/2005) de modo que o fato das instituições financeiras debitarem os valores para pagamentos de dívidas poderia contribuir para o insucesso do regime de recuperação a que as requerentes pretendem se submeter.

Nesse sentido, citam-se os seguintes entendimentos jurisprudenciais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AVENTADA NECESSIDADE DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. AFASTAMENTO. MEDIDA QUE FOI REQUERIDA EM CARÁTER INCIDENTAL AOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL N. 0300460-44.2017.8.24.0075. ALÉM DO MAIS, COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA QUE FOI NOTIFICADA DO DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA, TENDO A OPORTUNIDADE DE APRESENTAR DEFESA OU IMPUGNAR O QUE FICOU DECIDIDO EM PRIMEIRO GRAU. DEFESA DE EVENTUAL DIREITO QUE PODERÁ SER EXERCIDA, A TEMPO E MODO, NA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTERIORMENTE CONCEDIDA (ABSTENÇÃO DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA). FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EMITIDA NA DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO CONSTITUÍDO. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA LEI N. 11.101, DE 9.2.2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE ABRANGE TODOS OS DÉBITOS EXISTENTES AO TEMPO DO PEDIDO, AINDA QUE NÃO VENCIDOS. ARTIGO 49, "CAPUT", DA LEI N. 11.101, DE 9.2.2005. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA À FATURA OBJETO DE DISCUSSÃO QUE SE AFIGURA IMPOSITIVA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n.

Endereço: Rua Nereu Ramos, 388, 3º Andar, Centro - CEP 89610-000, Fone: (49) 3551-4400, Herval d'Oeste-SC - E-mail: herval.unica@tjsc.jus.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

421345
fls. 1177

4006349-15.2017.8.24.0000, de Tubarão, rel. Des. Jânio Machado, Quinta Câmara de Direito Comercial, j. 10-08-2017).

Agravo de instrumento. Ação de recuperação judicial. Relação jurídica estabelecida entre o banco agravante e uma das empresas recorridas em decorrência da emissão de cinco cédulas de crédito bancário. Inadimplência pela emitente dos títulos, que se encontra em procedimento de recuperação judicial. Retenção unilateral, pelo estabelecimento financeiro réu, de valor creditado na conta corrente da demandante. Pedido de reembolso da referida soma deferido. Irresignação. Suspensão de débitos exigidos por meio de ação judicial. Artigo 52, inciso III, da referida norma. Hipótese dos autos que, por analogia, se enquadra nessa situação, com o intuito de se preservar a isonomia entre os credores. Atitude do demandado que agrava a condição da requerente. Restituição do montante descontado, portanto, devida. Decisum mantido. Reclamo desprovido.

[...]

Pelo mesmo fundamento em que a Lei n. 11.101/2005, em seus artigos 6º, caput, e 52, inciso III, determinou que, ao se deferir o processamento da recuperação judicial, cabe ao juiz ordenar "a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor", ao requerido é vedado, por analogia, efetuar qualquer desconto bancário, em detrimento dos demais credores (grifo do autor) TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.068271-3, de Araranguá, rel. Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 31-03-2016).

Apelação cível. Ação de rito ordinário. Relação jurídica estabelecida entre as partes em decorrência da celebração de vários contratos bancários. Inadimplência pela empresa autora, que se encontra em procedimento de recuperação judicial. Desconto automático e unilateral, pelo banco réu, de valores creditados na conta corrente da demandante. Pretensa abstenção dessa prática e reembolso das somas. Possibilidade. Atitude do demandado que agrava a situação da requerente. Dívida anterior ao pedido de recuperação e que, portanto, se sujeita a esse procedimento. Artigo 49, caput, da Lei n. 11.101/2005. Requerido que, inclusive, consta na relação de credores. Pedido de processamento da recuperação judicial deferido. Suspensão de débitos exigidos por meio de ação judicial. Artigo 52, inciso III, da referida norma. Hipótese dos autos que, por analogia, se enquadra nessa situação, com o intuito de se preservar a isonomia entre os credores. Restituição dos valores descontados devida. Sentença de procedência mantida. Reclamo desprovido (TJSC, Apelação Cível n. 2007.031025-6, de Caçador, rel. Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 28-02-2013).

Assim, o pagamento desses débitos deve ser reclamado por meio do aludido procedimento de recuperação, competindo aos bancos mencionados às pgs. 20-25 aguardarem a execução do plano de recuperação em relação às operações contraídas anteriormente ao pedido de recuperação judicial.

3.2 Do pedido de abstenção para retomada ou consolidação da

Endereço: Rua Nereu Ramos, 388, 3º Andar, Centro - CEP 89610-000, Fone: (49) 3551-4400, Herval d'Oeste-SC - E-mail: herval.unica@tjsc.jus.br

[Assinaturas manuscritas]

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ILDO FABRIS JUNIOR, liberado nos autos em 26/10/2018 às 17:32. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0300748-60.2018.8.24.0235 e código 11E52761.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

propriedade dos bens apontados considerados essenciais até que seja certificado o transcurso do prazo do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.

As requerentes sustentam que possuem diversos bens dados em garantia fiduciária em favor das instituições financeiras e, tendo em vista que, em um primeiro momento, as autoras não poderão arcar com as parcelas destes financiamentos, pretende que as instituições financeiras credoras se abstenham de retomar ou consolidarem a propriedade dos bens essenciais às atividades das requerentes e citados às pgs. 27-28.

Também sustentam que, após o protocolo desse processo, ocorreu o deferimento de liminar de busca e apreensão de dois caminhões os quais, por considerarem essenciais à atividade das empresas, requerem que seja oficiado ao ofício do Juízo da Vara Cível de Pinhais/PR (processo nº 0011536-58.2018.8.16.0033) determinando a imediação restituição dos caminhões apreendidos.

Dispõe a Lei n. 11.101/2005, art. 49, § 3º que: "Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial" (grifei).

Extrai-se do mencionado dispositivo legal que, em que pese o credor fiduciário não se submeta aos efeitos da recuperação judicial, aludido normativo traz uma exceção à exceção ao não permitir, durante o prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, a retirada de bens essenciais à sua atividade comercial do estabelecimento do devedor.

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

"Referida exceção foi contemplada pelo legislador para permitir que o devedor em grave crise consiga, ao menos num curto período, se ver livre de eventuais constrictões sobre bens, móveis ou imóveis, imprescindíveis à continuidade da sua atividade comercial, a fim de afastar o risco iminente de Falência" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4015482-47.2018.8.24.0000, de Tijucas, rel. Des. Gilberto Gomes de Oliveira, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 10-07-2018).

Outrossim, de acordo com a jurisprudência, *"Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period (STJ. REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).*

Ainda, *bens de capital essenciais são somente as máquinas, equipamentos, veículos e similares, cujo desapossamento poderia inviabilizar a continuidade da linha de produção da empresa em recuperação judicial. Interpretação que não ofende ao princípio da preservação da empresa ou aos fins sociais porque expressamente prevista pelo legislador ordinário (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4014130-25.2016.8.24.0000, de Palhoça, rel. Des. Dinart Francisco Machado, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 07-11-2017) (grifei).*

Infere-se do feito (pgs. 27-28 e 806-823) que os bens considerados essenciais pelas requerentes são automóveis (Jeep Compass ano fab 2017/2018, GM S10 ano/fab 2014, Ford Ecosport ano/fab 2017/2018 e Gol Trendline ano/fab 2016/2017), guindaste veicular, retroescavadeiras, caminhões, escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias, bem como o imóvel em que se encontra estabelecida a sede da Construtora Andrade Ltda na cidade de Concórdia-SC.

Sobre os bens móveis, em análise dos contratos bancários (pgs. 375-574), verifica-se que há documentos referente a todos os bens, exceto em

Assinado digitalmente por ILDO FABRIS JUNIOR, liberado nos autos em 26/10/2018 às 17:32. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0300748-60.2018.8.24.0235 e código 11E52761.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

relação à GM S10 Pick-Up LT 2.4F, ano/fab 2014 e aos caminhões Foton, modelo 3.5-1 DT 2.8 4X2 ano/fab 204/2015, placas QHX 0922 e QHX 0802 porquanto referente a esses últimos somente há orçamento de operação de crédito direto ao consumidor referente (pg. 557).

No que se refere ao imóvel em que se encontra estabelecida a loja da Construtora Andrade Ltda de Concórdia-SC, verifica-se sua alienação fiduciária na cédula de crédito bancário – CCB Financiamento firmada entre a Andrade Materiais de Construção Ltda e a Cooperativa de Crédito de Livre admissão de Associados do Vale do Vinho (pgs. 1.020-1.037).

A respeito das atividades desempenhadas pelas empresas autoras, observa-se dos contratos sociais das requerentes que: a) a Andrade Construções Ltda apresenta como ramos de exploração: Construção civil, importação e exportação, terraplanagem, escavações, prestação de serviços na coleta e reciclagem de lixo e entulhos, limpeza e conservação, servente de movimentação de mercadorias (carga e descarga), serventes, motoristas, locação de mão-de-obra temporária, saneamento básico, elaboração e gestão de projetos e fiscalização de obras civis, hidráulica e de tráfego (Matriz) e fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, fabricação de esquadrias de metal, de estruturas metálicas e pré-moldadas de concreto armado (Filial) (pgs. 47 e 272); b) a Andrade Materiais de Construção Ltda tem como objeto social da Matriz o comércio varejista de materiais de construção em geral, material elétrico e eletrônico, de pintura, ferragens, celulares, equipamentos de comunicação e demais artigos inerentes do ramo, serviços de escritório, apoio administrativo, preparação de documentos e cadastros de financiamento junto a instituições financeiras. O objeto social das filiais é o comércio varejista de materiais de construção em geral, elétricos, eletrônicos, pintura, ferragens e demais artigos inerentes do ramo (pgs. 64 e 273); c) a JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda possui como ramo de atividade transportes rodoviários de cargas intermunicipal, interestadual e internacional (pgs. 77 e 275); d) a JSA Incorporações de Imóveis Ltda, possui como objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários (pgs. 836 e 982); e) a Cerâmica JR Ltda possui objeto

Ass. J. P. 118



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

social como comércio varejista de materiais de construção em geral (pgs. 844 e 983); f) a Construções Herval Ltda possui como objeto social: construção civil, saneamento básico, elaboração e gestão de projetos e serviços de inspeção técnicas nas áreas de engenharia civil, hidráulica e de tráfego, elétrica e eletrônica, montagem de estrutura metálica, construção de instalações esportivas, instalação de sistema de prevenção contra incêndio, serviço de pintura, obras de engenharia civil, obras de urbanização – ruas, calçadas e praças, atividades de consultoria em gestão empresarial, serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional administrativa a empresas e organizações (pgs. 855 e 980); e g) a Construtora Andrade Ltda possui como objeto social o comércio varejista de materiais de construção em geral, construção civil e locação de imóveis próprios (pgs. 868 e 981).

Diante do descritivo das atividades desempenhadas, observa-se que restou configurada a probabilidade do direito das autoras, ou seja, consideram-se essenciais às atividades das requerentes o imóvel em que está estabelecida a sede da empresa Construtora Andrade Ltda em Concórdia-SC, bem como o guindaste veicular, as retroescavadeiras, os caminhões, as escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias descritos às pgs. 27-28.

Contudo, não foi demonstrado a contento, ao menos nessa fase processual a essencialidade às atividades produtivas do Jeep Compass ano fab 2017/2018, da Ford Ecosport ano/fab 2017/2018, do Gol Trendline ano/fab 2016/2017 e da GM S10 ano/fab 2014 relacionados.

O perigo de dano encontra-se presente na essencialidade dos bens à manutenção das atividades das empresas, conforme já mencionado acima.

No sentido de deferimento do pedido de tutela formulado, decidiram o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ. AgInt no AgInt no AgInt no CC 149.561/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 24/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1. Apesar de o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial (art. 49, §3º, da Lei 11.101/05). Precedentes. 2. Estabelecida a competência do juízo em que se processa a recuperação judicial. 3. Agravo interno não provido. (STJ. AgInt no CC 149.798/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 02/05/2018).

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DECISÃO PROFERIDA NA ORIGEM NEGANDO O PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO DOS VEÍCULOS OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA MANTIDOS EM PODER DA EMPRESA DEMANDADA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL). IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA - INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL - PLEITO DE APREENSÃO DE BENS NEGADO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO OBJURGADA NEGADO - IMPOSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DE BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE DA EMPRESA DEVEDORA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE SE IMPÕE - AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. [...] Isso porque, os 8 caminhões trator, da marca Scania, alienados fiduciariamente junto à instituição financeira agravante são utilizados na atividade econômica exercida pela empresa agravada, qual seja, transporte rodoviário de cargas (TJSC, Agravo n. 4008595-81.2017.8.24.0000, de Otacílio Costa, rel. Des. José Agenor de Aragão, Câmara Civil Especial, j. 22-02-2018).

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO DEFERITÓRIA DE SUSPENSÃO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO RECUPERACIONAL - INSURGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RAZÕES RECURSAIS QUE DEFENDEM A INAPLICABILIDADE DA RESSALVA CONTIDA NO ART. 49, §3º, DA LEI 11.101/2005 - INACOLHIMENTO - BENS MÓVEIS (CAMINHÕES E SEMI REBOQUES) DADOS EM GARANTIA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA QUE SE MOSTRAM ESSENCIAIS PARA A ATIVIDADE PRODUTIVA DAS SOCIEDADES EMPRESARIAS EM RECUPERAÇÃO, MORMENTE PORQUE ATUAM NO RAMO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PRONUNCIAMENTO JUDICIAL MANTIDO - DESPROVIMENTO DO RECLAMO. Conquanto o art. 49, §3º, da Lei n. 11.101/2005, faça exceção



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única

de que o credor fiduciário não se submete à recuperação judicial, prevalecendo os direitos de propriedade, o mesmo parágrafo, na parte final, estabelece não ser permitida, no lapso temporal de suspensão do art. 6º, §4º, a alienação ou a retirada do estabelecimento comercial dos bens essenciais à atividade empresarial. No caso, evidencia-se do próprio contrato social das empresas em recuperação que os caminhões e semi reboques (bens dados em garantia por alienação fiduciária) são essenciais para os objetivos sociais das recuperandas, e, por conseqüência, para o desempenho das suas atividades econômico-produtivas, mormente porque atuam no ramo de transporte rodoviário. Portanto, razão assiste ao Magistrado de Primeiro Grau ao reconhecer à hipótese a aplicação da ressalva contida na lei de regência. [...] (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4026868-11.2017.8.24.0000, de Itajaí, rel. Des. Robson Luz Varela, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 17-07-2018).

Portanto, deve ser **deferido** o pedido das autoras referentes à abstenção para retomada ou consolidação da propriedade dos bens considerados essenciais. Em decorrência, as instituições financeiras deverão se abster de retomar ou consolidar a propriedade do imóvel em que se encontra estabelecida a sede da empresa Construtora Andrade Ltda, na Rua Adolfo Konder, 225, em Concórdia-SC, bem como do guindaste veicular, das retroescavadeiras, dos caminhões, das escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias descritos às pgs. 27-28.

3.3 Do pedido de restituição dos bens apreendidos

Pretende as autoras a restituição dos bens apreendidos em decorrência dos autos n. 0011536-58.2018.8.16.0033 da Vara Cível de Pinhais-PR. Sustentam que se tratam de veículos essenciais às atividades das requerentes porquanto servem para deslocamento de materiais das lojas de materiais de construção e para entrega de pedidos.

Infere-se dos autos n. 0300938-23.2018.8.24.0235, a petição de busca e apreensão oriunda do processo ajuizado em face da JSA Transportes Rodoviários de Carga Ltda em trâmite no Foro Regional de Pinhais, (autos n. 0011536-58.2018.8.16.0033) e que foram apreendidos um caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C9GE837582, cor branca, placas: QHZ6834 e um caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C1GE837353, cor branca, placas: QIA 2304.

Ainda, verifica-se que está em andamento nessa comarca os autos n.

Endereço: Rua Nereu Ramos, 388, 3º Andar, Centro - CEP 89610-000, Fone: (49) 3551-4400, Herval d'Oeste-SC - E-mail: herval.unica@tjsc.jus.br